



SOCIEDADE GESTORA  
DOS FUNDOS DE PENSÕES  
DO BANCO DE PORTUGAL, S.A.

# FUNDO DE PENSÕES DO BANCO DE PORTUGAL CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

## RELATÓRIO E CONTAS

# 2025

# Índice

## I RELATÓRIO DE GESTÃO | 3

1. Sumário executivo | 4
2. Enquadramento macroeconómico e evolução dos mercados | 5
3. Plano de Pensões | 9
  - 3.1. Caracterização
  - 3.2. População abrangida
  - 3.3. Contribuições
4. Política de investimento | 11
5. Estrutura da carteira e controlo de riscos | 12
  - 5.1. Estrutura por classes de ativos
  - 5.2. Estrutura por zona geográfica
  - 5.3. *Value at risk*
  - 5.4. Duração modificada
  - 5.5. Estrutura da carteira de Instrumentos de taxa de juro por *rating*
  - 5.6. *Credit value at risk* e probabilidade de *default*
  - 5.7. Exposição ao risco cambial
  - 5.8. Estrutura da carteira imobiliária
6. Resultados | 19
7. Nota final | 21

## II DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA | 22

## III DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | 24

## IV DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 26

## V NOTAS | 28

## VI CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS | 39



# RELATÓRIO DE GESTÃO

SUMÁRIO EXECUTIVO
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E EVOLUÇÃO DOS MERCADOS
PLANO DE PENSÕES
POLÍTICA DE INVESTIMENTO
ESTRUTURA DA CARTEIRA E CONTROLO DE RISCOS
RESULTADOS
NOTA FINAL

# I. Relatório de gestão

## 1. Sumário executivo

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida (Fundo, ou Fundo de Pensões), criado em 2010, é um fundo fechado, gerido pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. (Sociedade Gestora), destinado aos empregados do Banco de Portugal admitidos no sistema bancário a partir de 3 de março de 2009 e inscritos no Regime Geral de Segurança Social por força do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março.

Em 31 de dezembro de 2025, o número de participantes do Fundo ascendia a 1 363, o que traduz uma opção generalizada dos novos colaboradores do Banco de Portugal pela adesão a este Fundo.

Em 31 de dezembro de 2025, o património do Fundo totalizava 60,8 milhões de euros, dos quais 45,8 milhões de euros correspondiam ao valor das unidades de participação detidas pelo Banco de Portugal e inscritas na Conta Reserva Associado, criada na sequência da contribuição inicial do Banco para o Fundo, e 15,0 milhões de euros eram respeitantes ao valor total das contas individuais dos participantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo continuou, em 2025, a basear-se numa perspetiva de ciclo de vida, e teve como referência uma alocação estratégica de ativos, definida com base na realização de estudos de otimização, tendo presente o horizonte temporal até à reforma dos participantes e cenários de evolução de longo prazo da rentabilidade e do risco dos ativos que constituem o universo de investimento.

A política de investimentos é materializada na disponibilização aos participantes de 41 perfis de investimento recomendados para as diferentes idades e que resultam da combinação dos três subfundos em que o Fundo se encontra dividido – a carteira 1, indicada para participantes no início da vida ativa, que apresenta a maior rentabilidade esperada e que privilegia a exposição ao risco acionista, ao risco imobiliário e a instrumentos de taxa de juro com prazos mais longos; a carteira 2, recomendada para participantes na fase intermédia da carreira ativa, que tem uma menor exposição ao risco acionista; e a carteira 3, indicada para participantes no final da carreira ativa, que visa sobretudo assegurar a limitação do risco, e que é composta por instrumentos de taxa de juro de curto prazo, bem como por uma exposição aos mercados acionista e a ativos imobiliários com um peso reduzido. A ênfase da política de investimentos desloca-se, progressivamente, ao longo da vida ativa do participante, para a limitação do risco e preservação do valor acumulado das contribuições e dos retornos obtidos. De forma a incorporar o grau de aversão ao risco de cada participante na composição da sua carteira de ativos, é-lhe permitido selecionar um perfil de investimento diferente do recomendado para a sua idade, dentro de limites máximos de afastamento estabelecidos.

A gestão de ativos do Fundo de Pensões em 2025 decorreu numa conjuntura marcada por tensões geopolíticas, por elevada incerteza quanto aos desenvolvimentos da política comercial dos Estados Unidos da América e desvalorização do dólar dos EUA face à generalidade das divisas, pela redução da inflação, pela continuação do movimento de descida de taxas de juro de referência dos principais Bancos Centrais, e pela alteração da inclinação das curvas de rendimentos dos emitentes de dívida soberana da área do euro, com descida das taxas de juro de curto prazo e subida das taxas de juro de médio e longo prazo.

A gestão da estrutura temporal da carteira de instrumentos de taxa de juro permitiu mitigar o impacto do movimento de subida de taxas de juro de médio e longo prazo na rentabilidade das carteiras. Os instrumentos com exposição ao mercado acionista e imobiliário contribuíram substancialmente para as rentabilidades alcançadas. O Fundo registou, em 2025, uma rentabilidade de +4,8% e as aplicações dos participantes do Fundo tiveram uma rentabilidade média de +5,1%.

Em 2025, o Fundo apresentou exposição a instrumentos dos mercados acionistas e de taxa de juro que privilegiam o investimento em empresas que adotam princípios de responsabilidade social, ambiental e de boa governação.

## 2. Enquadramento macroeconómico e evolução dos mercados

A gestão dos ativos do Fundo de Pensões decorreu num contexto marcado por tensões geopolíticas e por elevada incerteza quanto à evolução da política comercial dos Estados Unidos da América, fatores que, em determinados períodos do ano, condicionaram o sentimento dos mercados. Não obstante, os mercados objeto de investimento foram também influenciados positivamente pela resiliência da atividade económica, pela redução da inflação e pela continuação do ciclo de descida das taxas de juro de referência por parte dos principais Bancos Centrais.

Num contexto de adoção de políticas monetárias menos restritivas, o crescimento económico, em 2025, revelou-se resiliente. De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento da economia mundial foi de 3,3%, em 2025, idêntico ao registado em 2024.

O Produto Interno Bruto (PIB) do agregado constituído pelas economias avançadas deverá ter registado, em 2025, um crescimento de 1,7%, marginalmente inferior (0,1 pp) ao observado em 2024. O PIB da área do euro cresceu 1,4%, mais 0,5 pp do que no ano anterior. Na Alemanha e em França, o PIB registou taxas de crescimento de respetivamente, 0,2% e 0,8%, que comparam com crescimentos de -0,5% e 1,1%, em 2024. A economia italiana cresceu 0,5%, menos 0,2 pp do que no ano anterior. A Espanha foi, no conjunto das maiores economias da área do euro, a que apresentou o maior crescimento económico (2,9%), inferior em 0,6 pp ao observado em 2024. Em Portugal, o PIB registou um crescimento de 2,0%, inferior em 0,1 pp ao observado no ano anterior.

A economia do Reino Unido observou um crescimento de 1,4%, que compara com 1,1% em 2024. A economia dos Estados Unidos da América (EUA) registou, em 2025, um crescimento económico de 2,1%, inferior ao observado em 2024 (2,8%).

O ritmo de crescimento, em 2025, do conjunto das economias de mercados emergentes foi de 4,4%, superior em 0,1 pp ao registado em 2024. De entre as maiores economias emergentes, destaca-se um crescimento da economia da China de 5,0% em 2025, idêntico ao observado no ano anterior, e um crescimento económico de 7,3% da Índia, superior em 0,8 pp ao observado em 2024.

A inflação continuou a convergir para os níveis objetivo dos principais bancos centrais. As taxas de variação homóloga do índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) e do IHPC excluindo energia, alimentação, álcool e tabaco da área do euro desceram de, respetivamente, 2,4% e 2,7%, em dezembro de 2024, para 1,9% e 2,3%, em dezembro de 2025. Nos EUA, as taxas de variação homóloga do índice de preços no consumidor e do índice de preços no consumidor excluindo energia e alimentação desceram de, respetivamente, 2,9% e 3,2%, em dezembro de 2024, para 2,7% e 2,6%, em dezembro de 2025. Em Portugal, as taxas de variação homóloga do IHPC e do IHPC excluindo energia, alimentação, álcool desceram de, respetivamente, 3,1% e 2,9%, em dezembro de 2024, para 2,4% e 2,6%, em dezembro de 2025.

No decurso de 2025, os principais bancos centrais prosseguiram o ciclo de descida das taxas de juro de referência, iniciado no ano anterior.

O Banco Central Europeu (BCE) procedeu, ao longo do ano, a quatro reduções das taxas de juro de referência. As taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de depósito, às operações principais de refinanciamento e à facilidade permanente de cedência marginal de liquidez desceram 1,0 pp, para 2,00%, 2,15% e 2,40%,

respetivamente. O Conselho de Governadores reiterou que futuras decisões sobre as taxas de juro de referência dependerão da evolução da inflação, que deverá atingir, de acordo com a projeção da equipa técnica do BCE, 1,9% no final de 2026.

A Reserva Federal dos EUA procedeu a descidas do nível da *federal funds target rate*, num total de 0,75 pp, para o intervalo compreendido entre 3,50% e 3,75%.

O Banco de Inglaterra e o Banco do Canadá desceram as suas taxas de juro diretoras em 1,0 pp para 3,75% e 2,25%, respetivamente. O Banco da Suécia e pelo Banco Nacional Suíço também reduziram as suas taxas de juro de referência, embora em magnitude, de respetivamente, 0,75 pp para 1,75% e de 0,50 pp, para 0,0%.

Num contexto de ausência de pressões inflacionistas e de crescimento económico inferior ao previsto, o Banco Central da República Popular da China reduziu em 0,50 pp o nível de reservas obrigatórias exigidas aos bancos, tendo mantido a taxa de depósitos em 1,50% e reduzido as taxas de juro de referência para a concessão de crédito a 1 e a 5 anos em 0,10 pp, para 3,00% e 3,50%, respetivamente.

Em contraciclo, o Banco do Japão decidiu subir a sua taxa diretora em duas ocasiões, de 0,25% para 0,75%. A autoridade monetária anunciou a redução gradual do ritmo de compra de títulos de dívida pública japonesa e sinalizou o início da venda de *Exchange Traded Funds* (ETFs) e de fundos imobiliários (REITs).

A Administração dos EUA anunciou um conjunto de medidas que suscitaram receios relativamente à resiliência do estatuto excecional dos ativos norte-americanos no sistema financeiro global e que poderão ter impactos nas relações comerciais e nos equilíbrios geoestratégicos. Entre essas medidas destacam-se o aumento significativo das tarifas aduaneiras sobre as importações provenientes de muitos parceiros comerciais, a introdução de ajustamentos na política orçamental de natureza expansionista, e um reposicionamento face à Reserva Federal dos EUA passível de poder ser interpretado como lesivo da sua independência.

No plano geopolítico, o conflito no Médio Oriente teve um novo desenvolvimento com a assinatura de um acordo de paz entre Israel e o Hamas. Em paralelo, o conflito militar entre Israel e o Irão registou uma escalada significativa, marcada por intensos ataques aéreos. Na Ucrânia, a guerra manteve-se num impasse, sem sinais de avanços diplomáticos que permitam antever um acordo de paz.

O ano ficou ainda marcado pela instabilidade em França e pela convocação antecipada de eleições legislativas na Alemanha e no Japão.

A instabilidade política em França agravou-se, num contexto de fragmentação parlamentar significativa, que inviabilizou a aprovação do orçamento do Estado. Na Alemanha, a demissão do Ministro das Finanças precipitou a rutura da coligação governamental formada pelo Partido Social-Democrata, pelo Partido Democrático Livre e pela Aliança 90/Os Verdes. Na sequência das eleições, Friedrich Merz, líder da União Democrata-Cristã, conseguiu formar um novo governo, em coligação com o Partido Social-Democrata. O novo executivo anunciou a criação de um fundo extraordinário, no montante de 500 mil milhões de euros, destinado ao investimento em infraestruturas e ao reforço da despesa em defesa.

No Japão, os resultados eleitorais que retiraram ao Partido Liberal Democrático (LDP) o controlo do Senado precipitaram a queda do Executivo. Em resposta, o LDP elegeu Sanae Takaichi como nova líder, que veio a ser confirmada no Parlamento como Primeira-Ministra. A nova chefe do Executivo tem defendido uma política orçamental mais expansionista, assente na emissão de dívida pública e apoiada por uma política monetária acomodatória.

Ao longo do ano de 2025, as principais agências de notação financeira sinalizaram ajustamentos na qualidade creditícia das dívidas soberanas da área do euro – no sentido da deterioração, nos casos de Finlândia, Áustria, França e Bélgica, e no sentido da melhoria, nos casos de Portugal, Espanha, Itália e Grécia.

A agência de notação financeira Fitch reviu em baixa os *ratings* das dívidas públicas da Finlândia e da Áustria, de AA+ para AA. A DBRS procedeu à revisão do *rating* da dívida pública Francesa de AA (*high*) para AA e a Fitch

e a Standard and Poor's desceram os *ratings* da dívida do país de AA- para A+. No mesmo sentido, a Fitch reviu o *rating* da dívida pública da Bélgica de AA- para A+.

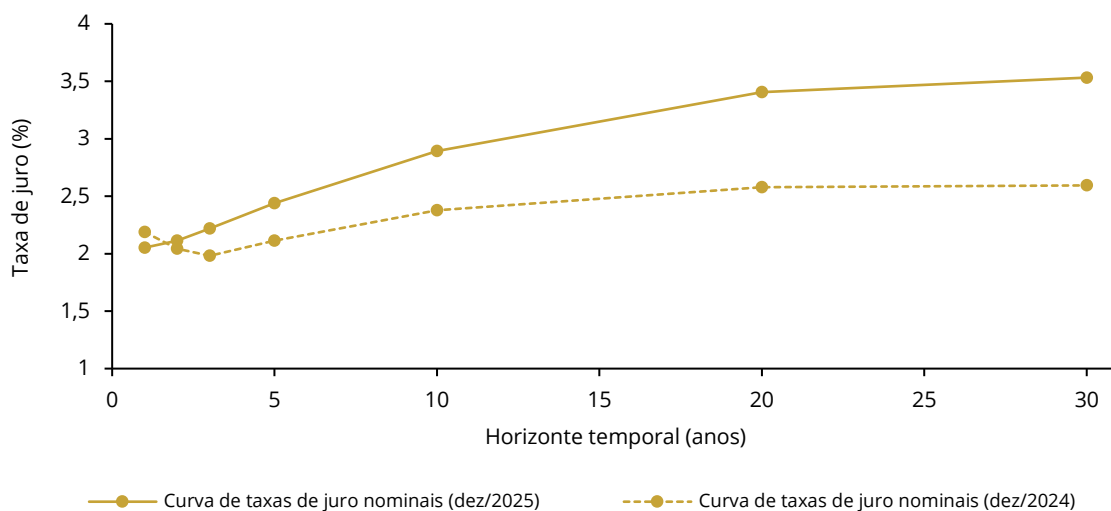
A Standard and Poor's e a Fitch reviram os *ratings* da dívida pública de Portugal de A- para A+ e de A- para A, respetivamente. A Fitch, a Standard & Poor's e a Moody's melhoraram os *ratings* da dívida pública de Espanha de A- para A, de A para A+ e de Baa1 para A3, respetivamente. A Fitch e a Standard & Poor's reviram os *ratings* da dívida pública de Itália de BBB para BBB+, enquanto a Moody's e a DBRS reviram os *ratings* da dívida do país de Baa3 para Baa2 e de BBB (*high*) para A (*low*), respetivamente. A Fitch e a Standard & Poor's, reviram os *ratings* da dívida pública da Grécia de BBB- para BBB, enquanto a Moody's e a DBRS reviram os *ratings* da dívida do país de Ba1 para Baa3, e de BBB (*low*) para BBB, respetivamente.

A Standard & Poor's baixou o *rating* do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, de AA- para A+, na sequência da redução do *rating* da dívida pública de França, Estado que detém a segunda maior quota das garantias soberanas atribuídas a este Fundo Europeu.

As agências de notação financeira Moody's e Scope desceram os *ratings* da dívida pública dos Estados Unidos da América, de AAA para Aa1 e de AA para AA-, respetivamente.

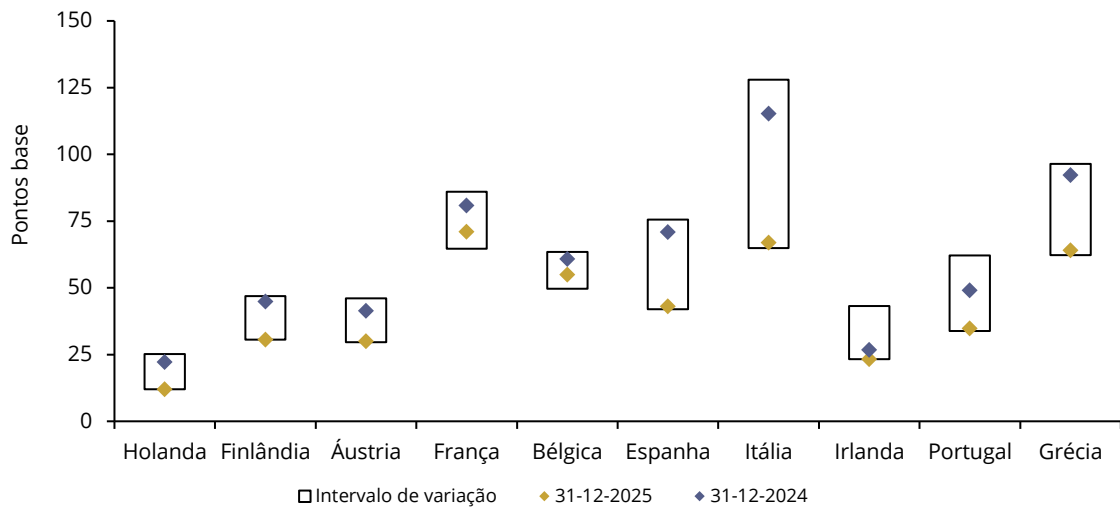
As taxas de juro nominais de curto prazo das dívidas públicas e privadas da área do euro registaram descidas sustentadas pelo movimento de descida das taxas de juro diretoras do BCE, enquanto as taxas de juro de médio e longo prazo subiram.

**Gráfico 1 • Curvas de taxas de juro nominais da dívida pública alemã**



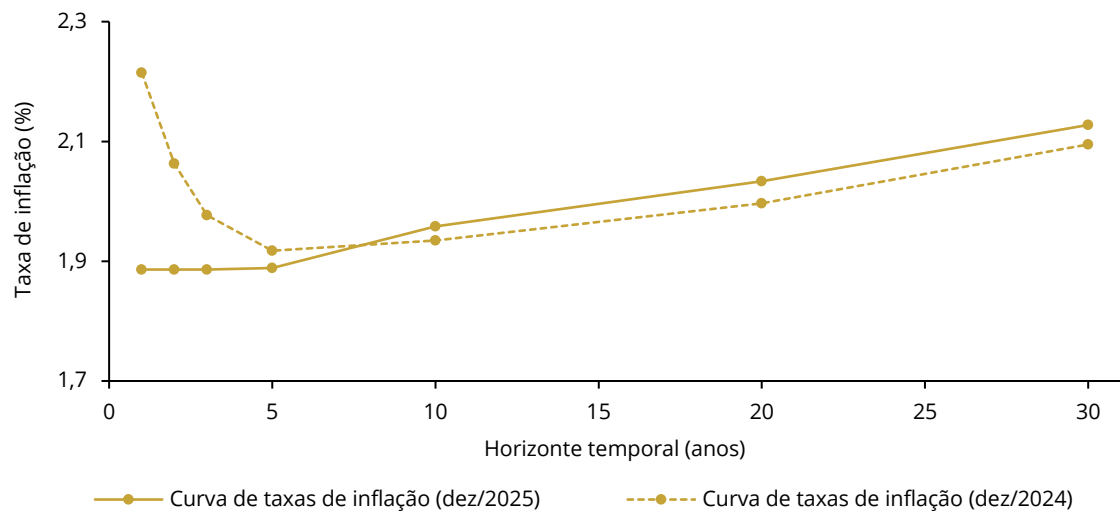
Os diferenciais de taxa de juro da generalidade das dívidas públicas dos países da área do euro face às congéneres alemãs diminuíram. A diminuição dos diferenciais, no segmento de maturidade a 5 anos e superiores, foi particularmente expressiva no caso da dívida pública italiana.

**Gráfico 2 •** Diferencial entre taxas de juro das dívidas públicas de emitentes da área do euro e congéneres alemãs (prazo de 10 anos)



Em 2025, as expectativas de inflação, aferidas a partir das taxas de inflação *break-even*, implícitas no mercado de dívida pública alemã, registaram descidas nos prazos até cinco anos e subidas nos prazos superiores.

**Gráfico 3 •** Curvas de taxas de inflação da área do euro implícitas na dívida pública alemã



O contexto de incerteza quanto à orientação da política comercial dos Estados Unidos condicionou significativamente, em alguns períodos do ano, o sentimento de mercado. A expectativa e a concretização do anúncio da aplicação de tarifas aduaneiras a importações provenientes de grande parte dos parceiros comerciais dos EUA induziram desvalorizações dos principais índices acionistas e um aumento de volatilidade, em particular em março e abril. Não obstante, no cômputo do ano, a generalidade dos mercados acionistas registou movimentos de valorização. Os índices de referência com maior relevância para os investimentos do Fundo de Pensões registaram valorizações compreendidas entre 30,6% (MSCI Mercados Emergentes) e 16,4% (S&P 500 – Estados Unidos de América). Os índices de referência da área do euro (Euro Stoxx 50), do Reino Unido (FTSE 100) e do Japão registaram valorizações de 18,3%, 21,5%, e 26,2%, respetivamente.

No mercado cambial, o euro apreciou-se face à maioria das moedas de referência, designadamente face ao dólar dos EUA (13,4%), ao iene (13,0%), ao dólar canadiano (8,2%) e à libra esterlina (5,3%), tendo registado uma depreciação face à coroa sueca (-5,6%) e face ao franco suíço (-1,0%).

Em 2025, o contexto de redução das taxas de juro de referência dos principais bancos centrais, de crescimento económico moderado, e de instabilidade geopolítica, condicionou a evolução do mercado imobiliário mundial. No mercado europeu, registou-se uma ligeira apreciação no valor dos ativos imobiliários, induzida por um movimento global de ligeira redução das *yields* de mercado e de aumento das rendas, acompanhado de um crescimento do volume de transações no mercado imobiliário comercial. De acordo com estimativas divulgadas pela Capital Economics, o volume de transações registou um crescimento superior a 10%, até ao final do 3.º trimestre, face ao mesmo período de 2024.

À semelhança do observado nos mercados europeus, o mercado imobiliário nacional registou, em 2025, uma tendência de redução das *yields*, que se observou na maioria dos setores embora não tenha ocorrido no setor de escritórios, em que se assistiu a uma manutenção de *yields* de mercado. Observou-se, ainda, um aumento de rendas, mais expressiva nos segmentos *prime*, a refletir a continuação do desequilíbrio entre a procura e oferta de espaços de qualidade. Verificou-se, também, uma redução da importância dos investidores estrangeiros, que foram responsáveis por aproximadamente 60% do volume de investimento, face a 75% em 2024.

O mercado imobiliário comercial português manteve a tendência de crescimento já observada no ano anterior, tendo registado, em 2025, de acordo como os dados divulgados pela consultora imobiliária Cushman & Wakefield, um volume de transações de cerca de 2 670 milhões de euros, 10% superior ao observado em 2024. De entre os vários setores de mercado, o setor do retalho, perdeu preponderância face a 2024, com um contributo de 29% do volume total investido (face a 49% em 2024), apesar de se ter mantido como o setor com maior volume de vendas. O setor de escritórios apresentou um crescimento expressivo, com um contributo de 26% para o volume total (face a 13% em 2024), e o sector de hotelaria registou uma ligeira redução no peso no total de transações, para 20% do volume total transacionado em 2025 (face a 22% em 2024).

## 3. Plano de Pensões

### 3.1. Caracterização

O Plano Complementar de Pensões de Contribuição Definida – Acordo de Empresa (Plano de Contribuição Definida – AE) é um plano de pensões criado na sequência das alterações aos Acordos de Empresa do Banco de Portugal, publicadas em 22 de junho de 2009 no Boletim de Trabalho e Emprego. O Plano de Contribuição Definida Suplementar, criado no ano de 2019, é um plano de pensões com o objetivo de reforçar a proteção na reforma para os trabalhadores do Banco de Portugal.

Ambos os planos são abrangidos pela legislação aplicável aos fundos de pensões (nomeadamente o Regime Jurídico da Constituição e do Funcionamento dos Fundos de Pensões e das Entidades Gestoras de Fundos de Pensões, aprovado pela Lei n.º 27/2020, de 23 de julho).

O Fundo de Pensões, gerido pela Sociedade Gestora, é, por conseguinte, um veículo de financiamento do Plano de Contribuição Definida – AE e do Plano de Contribuição Definida Suplementar.

## 3.2. População abrangida

O Plano de Contribuição Definida – AE destina-se aos empregados do Banco de Portugal admitidos no sistema bancário a partir de 3 de março de 2009 e inscritos no Regime Geral de Segurança Social por força do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março.

O Plano de Contribuição Definida Suplementar destina-se aos empregados do Banco de Portugal aderentes ao Plano de Contribuição Definida – AE, com três ou mais anos de serviço no Banco de Portugal.

Ambos os planos são de adesão facultativa para o trabalhador e obrigatória para o Banco de Portugal em caso de adesão do trabalhador. No caso do Plano de Contribuição Definida – AE, a escolha do fundo de pensões no qual as contribuições são aplicadas pode ser alterada anualmente, por iniciativa do trabalhador.

Em 31 de dezembro de 2025, o Fundo abrangia 1 363 participantes. Registou-se em ambos os Planos um aumento do número de participantes: o Plano de Contribuição Definida – AE passou a abranger 1 362 participantes, mais 76 do que em 31 de dezembro de 2024; o Plano de Contribuição Definida Suplementar passou a abranger 658 participantes, mais 101 do que em 31 de dezembro de 2024.

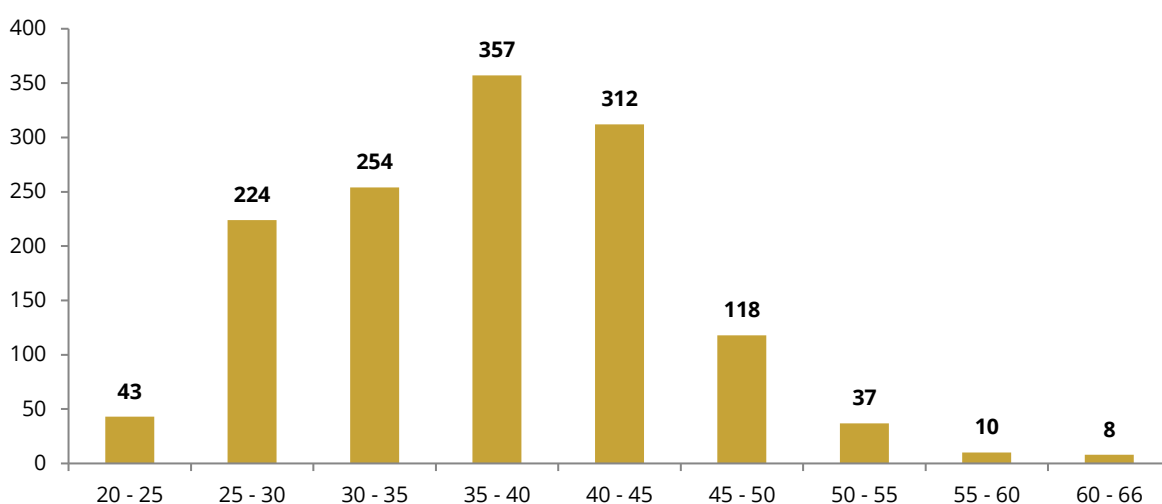
O quadro 1 apresenta a evolução do número de participantes do Fundo

**Quadro 1 • Evolução do número de participantes do Fundo**

	31-12-2025	31-12-2024	Δ 2024/2025
Participantes do Plano Contribuição Definida - AE	1 362	1 286	76
Participantes do Plano de Contribuição Definida Suplementar	658	557	101
<b>Participantes do Fundo</b>	<b>1 363</b>	<b>1 287</b>	<b>76</b>

A idade dos participantes distribui-se entre os 23 e os 66 anos, com maior incidência entre os 25 e os 45 anos, sendo a idade média de 37 anos.

**Gráfico 4 • Repartição da população do Fundo por idade**



### 3.3. Contribuições

O Fundo é financiado através de contribuições mensais.

No Plano de Contribuição Definida – AE, as contribuições correspondem a 3,0% da base de incidência (1,5% a cargo do trabalhador e 1,5% a cargo do Banco de Portugal). No Plano de Contribuição Definida Suplementar, as contribuições correspondem a uma percentagem da base de incidência, de acordo com o quadro 2, em função do tempo de serviço do participante:

**Quadro 2 • Tabela de contribuições do Plano de Contribuição Suplementar por tempo de serviço**

<b>Tempo de serviço</b>	<b>Taxa a cargo do trabalhador</b>	<b>Taxa a cargo do Banco de Portugal</b>
Inferior a 3 anos	Não aplicável	Não aplicável
Igual ou superior a 3 anos, e inferior a 10 anos	1,0%	1,0%
Igual ou superior a 10 anos, e inferior a 15 anos	2,0%	2,0%
Igual ou superior a 15 anos, e inferior a 20 anos	3,0%	3,0%
Igual ou superior a 20 anos	4,0%	4,0%

A base de incidência das contribuições corresponde à retribuição mensal efetiva do participante, nos termos da convenção coletiva de trabalho aplicável.

## 4. Política de investimento

A política de investimento do Fundo encontra-se balizada pelas normas regulamentares emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e por normas internas mais restritivas, estabelecidas pela própria Sociedade Gestora, alinhadas com o perfil de risco aprovado pelo Banco de Portugal.

A política de investimento é norteadada pela conciliação de dois objetivos: a limitação do risco de redução do poder de compra dos participantes e a maximização da rentabilidade real dos Fundos sob gestão, tendo presente o horizonte expectável de exigibilidade dos mesmos.

A prossecução destes objetivos fica sujeita à salvaguarda da necessidade de assegurar a todo o momento:

- A limitação dos riscos incidentes sobre o valor dos ativos que compõem o património do Fundo, através da adoção de critérios prudenciais de seleção de instrumentos e instituições objeto de investimento;
- A diversificação e dispersão das aplicações, de modo a evitar a acumulação de riscos bem como a concentração excessiva em qualquer ativo, emitente ou grupo de empresas;
- A manutenção de um grau de liquidez que permita fazer face à incerteza quanto ao momento de exigibilidade dos Fundos.

Em 2025, a política de investimento do Fundo continuou a basear-se numa perspetiva de ciclo de vida, e teve como referência uma alocação estratégica de ativos, definida com base na realização de estudos de otimização, tendo presente o horizonte temporal até à reforma dos participantes e cenários de evolução de longo prazo da rentabilidade e do risco dos ativos que constituem o universo de investimento.

A política de investimento é materializada na disponibilização aos participantes de 41 perfis de investimento recomendados para as diferentes idades e que resultam da combinação dos três subfundos em que o Fundo

se encontra dividido – a carteira 1, indicada para participantes no início da vida ativa, que apresenta maior rentabilidade esperada e privilegia a exposição ao mercado de ações, a ativos imobiliários e a instrumentos de taxa de juro com prazos tendencialmente longos; a carteira 2, recomendada para participantes numa fase mais avançada da carreira ativa, que apresenta uma exposição intermédia a ativos com maior rentabilidade esperada; e a carteira 3, indicada para participantes no final da carreira ativa, que visa sobretudo assegurar a limitação do risco, e é composta por instrumentos de taxa de juro de curto prazo, tendo uma exposição reduzida ao mercado acionista e a ativos imobiliários. A ênfase da política de investimentos desloca-se, progressivamente, ao longo da vida ativa do participante, para a limitação do risco e preservação do valor acumulado das contribuições e dos retornos obtidos. De forma a incorporar o grau de aversão ao risco de cada participante na composição da sua carteira de ativos, é-lhe permitido selecionar um perfil de investimento correspondente a uma idade diferente da sua, dentro de limites máximos de afastamento estabelecidos.

A política de investimento do Fundo atende ainda a princípios de responsabilidade social, ambiental e de boa governação.

## 5. Estrutura da carteira e controlo de riscos

Ao longo de 2025, a estrutura da carteira foi objeto de análise e acompanhamento permanente com vista à identificação do grau de exposição a diferentes tipos de risco, bem como da respetiva forma de mitigação através da imposição de limites e do acompanhamento da evolução de medidas de risco, não tendo sido detetados quaisquer incumprimentos dos princípios e regras prudenciais aplicáveis ao Fundo de Pensões.

### 5.1. Estrutura por classes de ativos

O quadro 3 apresenta a estrutura da carteira de ativos em 31 de dezembro de 2025.

Registou-se, ao longo de 2025, um reforço da exposição aos mercados acionistas e uma redução da exposição a instrumentos de taxas de juro. Em 31 de dezembro de 2025, o Fundo registava uma exposição aos mercados acionistas de 33,5%, superior em 0,4 pp à observada no final de 2024.

A exposição ao mercado acionista consubstanciou-se no investimento em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário (*exchange-traded funds*) e futuros sobre índices de ações que replicam o desempenho de índices acionistas de referência. O recurso a estes instrumentos permite uma elevada diversificação da exposição ao mercado acionista, promovendo a mitigação do risco específico. O recurso a futuros sobre índices de ações facilita ainda, no caso das ações cotadas em moeda estrangeira, a mitigação do risco inerente à variação das respetivas taxas de câmbio face ao euro.

**Quadro 3 •** Peso das carteiras no Fundo e estrutura por classes de ativos em 31 de dezembro de 2025

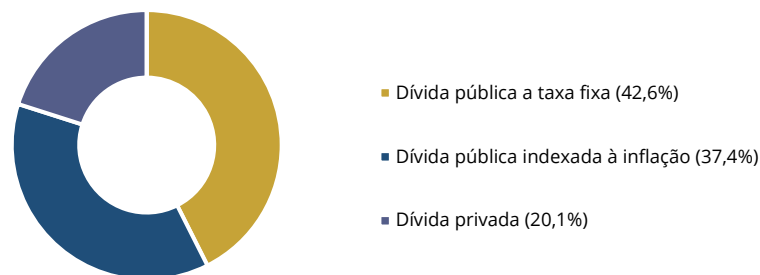
	Instrumentos de taxa de juro <sup>1</sup>	Instrumentos com exposição ao mercado acionista	Instrumentos com exp. ao merc. acionista (inc. futuros)	Imobiliário	Liquidez <sup>2</sup>	Em % do valor do Fundo
Carteira 1	60,7%	28,9%	46,9%	5,6%	4,8%	34,3%
Carteira 2	70,9%	18,8%	31,0%	6,1%	4,2%	54,5%
Carteira 3	89,7%	4,8%	4,8%	2,5%	3,1%	11,1%
<b>Fundo</b>	<b>69,5%</b>	<b>20,7%</b>	<b>33,5%</b>	<b>5,5%</b>	<b>4,3%</b>	<b>100,0%</b>

Notas: (1) Inclui bilhetes do Tesouro, obrigações e *exchange traded funds* sobre obrigações de dívida privada. (2) Inclui outros ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de instrumentos de taxa de juro do Fundo era composta por dívida pública (79,9%) e por fundos de investimento em dívida privada (20,1%).

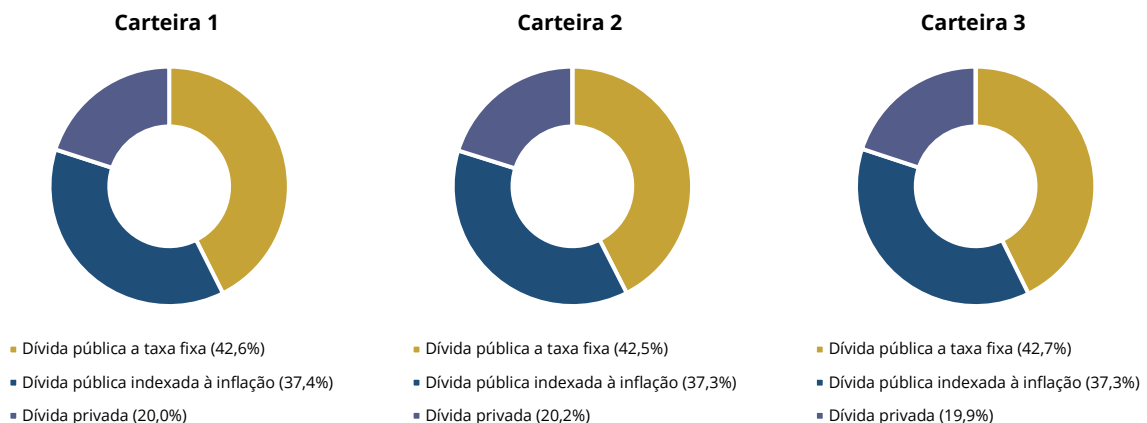
A exposição a dívida pública indexada à inflação representava, em 31 de dezembro de 2025, 37,4% da carteira de instrumentos de taxa de juro, ligeiramente superior ao final de 2024 (37,2%).

**Gráfico 5 •** Fundo – Estrutura da carteira de instrumentos de taxa de juro em 31 de dezembro de 2025



A desagregação da componente de instrumentos de taxa de juro por tipo de dívida era semelhante nas 3 carteiras.

**Gráfico 6 •** Carteiras 1, 2 e 3 – Estrutura das carteiras de instrumentos de taxa de juro em 31 de dezembro de 2025



## 5.2. Estrutura por zona geográfica

No que respeita à repartição geográfica, continuou a privilegiar-se, na componente de instrumentos de taxa de juro, um elevado grau de diversificação no contexto da área do euro. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição a emitentes não pertencentes à área do euro totalizava 7,6% da componente de instrumentos de taxa de juro. Os quadros 4 e 5 apresentam a estrutura, por zona geográfica, da carteira de instrumentos de taxa de juro.

### Quadro 4 • Fundo – Estrutura da carteira de instrumentos de taxa de juro por emitente em 31 de dezembro de 2025

Países da área do euro	92,4%
França	26,5%
Alemanha	23,4%
Países Baixos	10,5%
Itália	7,7%
Irlanda	6,0%
Finlândia	5,5%
Bélgica	5,3%
Áustria	5,2%
Outros países da área do euro	2,4%
Países não pertencentes à área do euro	7,6%
Estados Unidos da América	2,9%
Reino Unido	1,4%
Outros países não pertencentes à área do euro	3,3%

### Quadro 5 • Carteiras 1, 2 e 3 – Estrutura da carteira de instrumentos de taxa de juro por emitente em 31 de dezembro de 2025

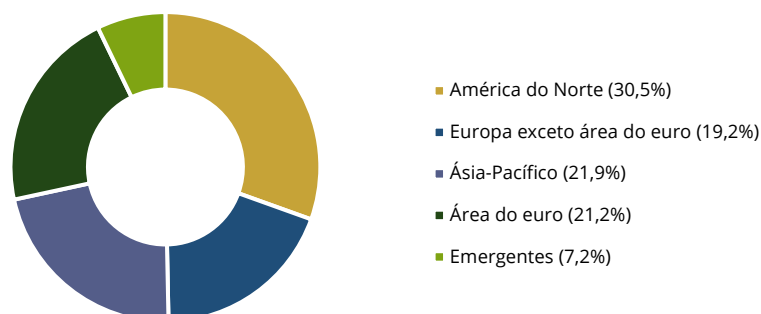
	Carteira 1	Carteira 2	Carteira 3
Países da área do euro	92,2%	92,5%	92,7%
França	26,4%	26,5%	26,3%
Alemanha	23,5%	23,9%	21,1%
Países Baixos	9,8%	10,7%	11,3%
Áustria	5,7%	5,2%	3,6%
Itália	7,4%	5,0%	18,5%
Finlândia	5,5%	6,2%	2,8%
Irlanda	6,1%	6,9%	2,4%
Bélgica	5,4%	5,5%	4,2%
Outros países da área do euro	2,3%	2,4%	2,3%
Países não pertencentes à área do euro	7,8%	7,5%	7,3%
Estados Unidos da América	3,0%	2,9%	2,6%
Reino Unido	1,4%	1,3%	1,2%
Outros países não pertencentes à área do euro	3,4%	3,3%	3,5%

As carteiras 1, 2 e 3 apresentam uma desagregação da componente de instrumentos de taxa de juro por emitente semelhante.

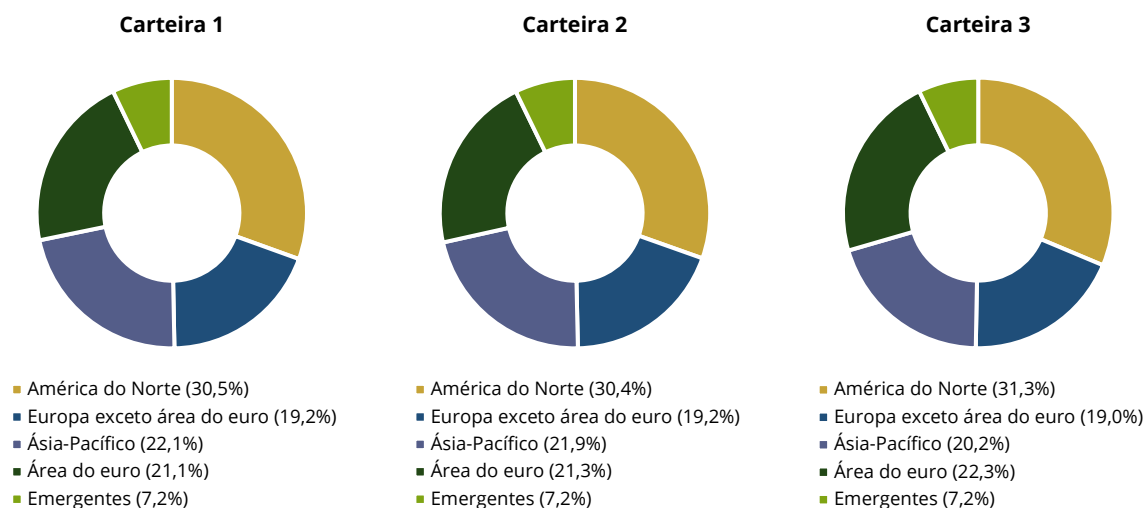
A componente de instrumentos com exposição aos mercados acionistas do Fundo e das suas três carteiras apresentou um elevado grau de diversificação geográfica, com uma exposição significativa a economias que não integram a área do euro. Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de instrumentos com exposição aos mercados acionistas apresentava um grau de diversificação superior ao registado no final de 2024, tendo sido reduzida a exposição à América do Norte e aumentada a exposição à área do euro.

A desagregação por área geográfica da componente de instrumentos com exposição aos mercados acionistas era semelhante nas 3 carteiras.

**Gráfico 7 • Fundo – Estrutura geográfica da componente de instrumentos com exposição aos mercados acionistas em 31 de dezembro de 2025**



**Gráfico 8 • Carteiras 1, 2 e 3 – Estrutura geográfica da componente de instrumentos com exposição aos mercados acionistas em 31 de dezembro de 2025**



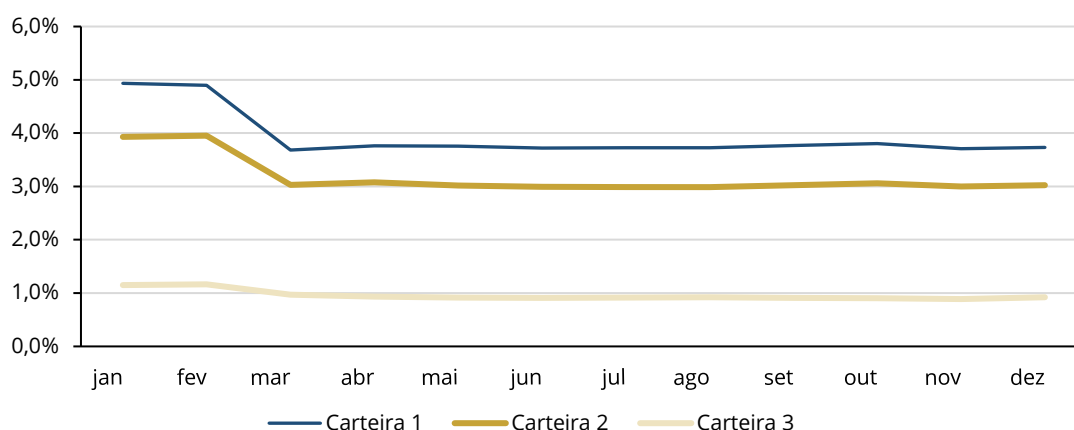
Nota: A desagregação geográfica da componente de ações apresentada inclui a exposição a futuros sobre índices de ações, expressa em percentagem do valor de mercado da exposição a instrumentos do mercado acionista de cada carteira.

### 5.3. Value at risk

O risco de redução do valor dos ativos do Fundo decorrente de movimentos de mercado é avaliado e controlado com base na monitorização de um conjunto de indicadores, incluindo o *value at risk* a 1 mês para um nível de confiança de 95%.

Esta medida de risco, apresentada em percentagem do valor da carteira, corresponde, em cada momento, à redução do valor dos ativos<sup>1</sup>, em pontos percentuais, que se estima ter uma probabilidade de 5% de ser ultrapassada no horizonte temporal de 1 mês, no pressuposto de estabilidade da composição da carteira.

Gráfico 9 • Value at risk mensal a 95% em 2025



A 31 de dezembro de 2025, o *value at risk* das carteiras 1, 2 e 3, para o horizonte de um mês, era de 3,7%, 3,0% e 0,9%, respetivamente. Os níveis apurados para as carteiras 1, 2 e 3 eram inferiores aos registados a 31 de dezembro de 2024.

### 5.4. Duração modificada

O grau de sensibilidade do valor das carteiras de instrumentos de taxa de juro a variações destas taxas é avaliado com base na duração modificada. Em 31 de dezembro de 2025, as componentes de taxa de juro das carteiras 1, 2 e 3 apresentavam durações modificadas de 7,1, 6,4 e 2,0, respetivamente. A duração modificada da carteira de instrumentos de taxa de juro global do Fundo atingiu, em 31 de dezembro de 2025, 5,9, menos 0,1 do que no final de 2024.

### 5.5. Estrutura da carteira de Instrumentos de taxa de juro por rating

O controlo do risco de crédito é assegurado através da limitação do universo de investimento a instrumentos de reconhecida qualidade creditícia, bem como de um acompanhamento da notação de *rating* atribuída pelas

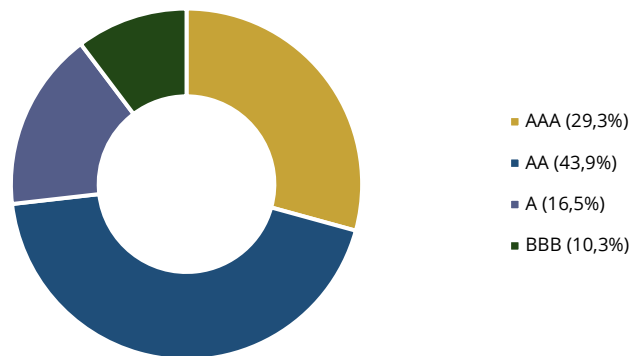
<sup>1</sup> O *value at risk* calculado numa ótica estrita de variação do valor dos ativos não é representativo do risco de redução do poder de compra dos participantes, estando este risco dependente do horizonte expectável de exigibilidade dos fundos de cada participante, determinado em função da sua idade.

principais agências financeiras internacionais de referência, complementado por uma atenção permanente à informação de mercado.

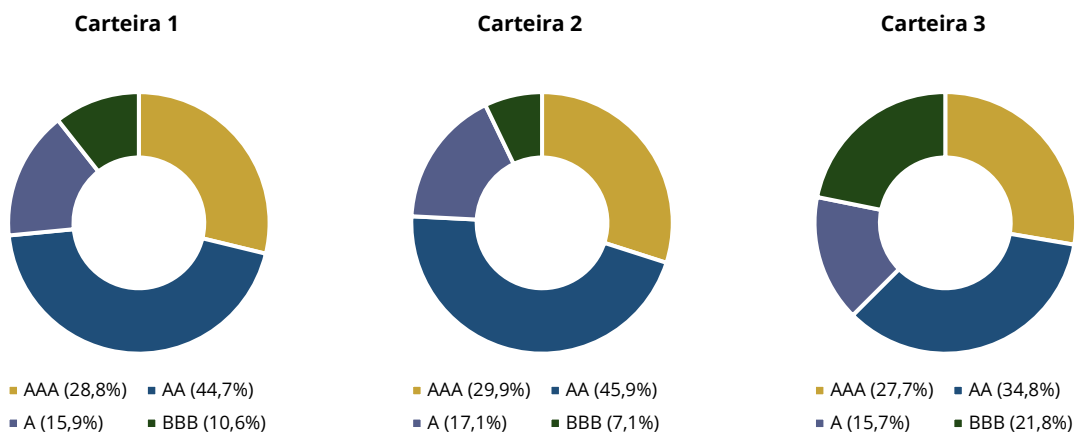
Durante o ano de 2025, o Fundo manteve uma exposição relevante a emissões com *rating* igual ou superior a AA, que representava, a 31 de dezembro de 2025, 73,2% do valor da componente de instrumentos de taxa de juro. A totalidade da carteira de instrumentos de taxa de juro encontra-se investida em emittentes com *rating* BBB ou superior.

As carteiras apresentam uma desagregação da componente de instrumentos de taxa de juro por *rating* semelhante, verificando-se, não obstante, uma maior exposição a dívida com *rating* BBB na carteira 3. Esta exposição é consubstanciada no investimento em títulos com prazos médios reduzidos, o que contribui para mitigar significativamente o risco de crédito.

**Gráfico 10 • Fundo – Estrutura da carteira de instrumentos de taxa de juro por *rating* em 31 de dezembro de 2025**



**Gráfico 11 • Carteiras 1, 2 e 3 – Estrutura da carteira de instrumentos de taxa de juro por *rating* em 31 de dezembro de 2025**



## 5.6. Credit value at risk e probabilidade de default

O acompanhamento da exposição da carteira ao risco de crédito é efetuado por recurso ao *credit value at risk* e à probabilidade de *default* média dos emittentes objeto de investimento.

O *credit value at risk*, apresentado em percentagem do valor da carteira, traduz a perda máxima expectável do valor da carteira, em pontos percentuais, com um determinado nível de confiança, para um dado horizonte temporal durante o qual se assume estabilidade da composição da carteira, decorrente de alterações da qualidade creditícia dos emitentes nela representados.

O *credit value at risk* a 95% a 1 ano da componente de instrumentos de taxa de juro das carteiras 1, 2 e 3 situava-se, em 31 de dezembro de 2025, em níveis reduzidos, respetivamente, 0,20%, 0,17% e 0,03%. Os referidos níveis traduzem-se em reduções face aos níveis registados em 31 de dezembro de 2024, em resultado do aumento da qualidade creditícia da carteira de instrumentos de taxa de juro e da redução dos diferenciais entre as taxas de juro das dívidas públicas da área do euro.

A probabilidade de *default* média a 1 ano da componente de dívida pública e supranacional do Fundo, calculada com base nas probabilidades de *default* dos emitentes nela representados, extraída das cotações dos *credit default swaps* situava-se, em 31 de dezembro de 2025, em 0,1% nas 3 carteiras.

## 5.7. Exposição ao risco cambial

A percentagem dos ativos do Fundo expostos a risco cambial atingiu, em 31 de dezembro de 2025, um nível de 13,4%, inferior em 3,5 pp ao registado no final de 2024. A exposição das carteiras do Fundo ao risco cambial reduziu-se em função da diminuição da exposição a ações não denominadas em euros e do aumento da cobertura cambial. A 31 de dezembro de 2025, a carteira 1 apresentava uma exposição ao risco cambial de 18,7%, a carteira 2 de 12,4% e a carteira 3 de 2,3%.

Os quadros 6 e 7 apresentam a exposição por divisa da carteira de ativos.

### Quadro 6 • Fundo – Exposição ao risco cambial em 31 de dezembro de 2025

Dólares dos EUA	2,2%
Ienes	2,2%
Dólares Canadianos	1,4%
Libras	1,4%
Francos suíços	1,1%
Dólares australianos	0,8%
Renminbi	0,8%
Coroas suecas	0,4%
Outras	3,0%
<b>Exposição total</b>	<b>13,4%</b>

### Quadro 7 • Carteiras 1, 2 e 3 – Exposição ao risco cambial em 31 de dezembro de 2025

	Carteira 1	Carteira 2	Carteira 3
Dólares dos EUA	3,3%	2,0%	0,0%
Ienes	3,0%	2,1%	0,5%
Dólares canadianos	1,9%	1,3%	0,4%
Libras	1,9%	1,3%	0,4%
Francos suíços	1,5%	1,1%	0,3%
Dólares australianos	1,1%	0,7%	0,2%
Renminbi	1,1%	0,7%	0,1%
Coroas suecas	0,7%	0,3%	0,1%
Outras	4,2%	2,8%	0,3%
<b>Exposição total</b>	<b>18,7%</b>	<b>12,4%</b>	<b>2,3%</b>

## 5.8. Estrutura da carteira imobiliária

Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos ativos imobiliários sob gestão era de 3,4 milhões de euros, e representava 5,5% do total do investimento do Fundo de Pensões.

A carteira imobiliária é totalmente composta por três frações diretamente detidas pelo Fundo em edifícios de escritórios localizados no centro de Lisboa.

## 6. Resultados

A gestão da estrutura temporal da carteira de instrumentos de taxa de juro permitiu mitigar o impacto do movimento de subida de taxas de juro de médio e longo prazo na rentabilidade das carteiras. Os instrumentos com exposição ao mercado acionista e o imobiliário contribuíram substancialmente para as rentabilidades alcançadas.

As carteiras do Fundo alcançaram rentabilidades crescentes com a exposição aos mercados acionistas. As aplicações dos participantes do Fundo tiveram uma rentabilidade média de +5,1%.

Os quadros 8 e 9 apresentam a rentabilidade global, e por classe de ativos, do Fundo, em 2025.

### Quadro 8 • Rentabilidade do Fundo em 2025

Carteira 1	5,9%
Carteira 2	4,3%
Carteira 3	2,9%
Fundo	4,8%
Participantes	5,1%
Associado	4,7%

### Quadro 9 • Rentabilidade do Fundo por classe de ativos em 2025

Instrumentos de taxa de juro	0,7%
Instrumentos com exposição ao mercado acionista	12,7%
Imobiliário	6,8%
<b>Rentabilidade da carteira</b>	<b>4,8%</b>

## 7. Nota final

Concluído o exercício de 2025, o Conselho de Administração da Sociedade Gestora expressa o seu reconhecimento:

- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, na qualidade de supervisor e regulador da atividade da Sociedade Gestora;
- Aos órgãos de fiscalização, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, pelo acompanhamento e colaboração prestados;
- Ao Banco de Portugal, na qualidade de associado, pela confiança e apoio prestado;
- A todos os beneficiários do Fundo de Pensões e à Comissão de Acompanhamento dos Planos de Pensões de Contribuição Definida do Banco de Portugal, pela confiança e sentido de cooperação;
- Aos colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, determinantes para os resultados alcançados.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2026.

### **O Conselho de Administração**

#### **Presidente**

Ana Paula de Sousa Freitas Madureira Serra

#### **Administradora**

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

#### **Administrador-Delegado**

João Miguel Albuquerque Silva Branco

II

# DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

## II. Demonstração da posição financeira

Rubricas	Notas	31-12-2025	31-12-2024
<b>Aplicações do Fundo</b>			
<b>Ativo</b>			
Terrenos e edifícios	4	3 364 000,00	3 304 268,00
Investimentos financeiros	5	54 605 528,99	52 038 766,61
De dívida pública		33 552 849,30	32 079 237,52
De dívida supranacional		0,00	63 832,71
Unidades de participação de fundos de investimento		21 052 679,69	19 895 696,38
Numerário e depósitos bancários	6	1 467 416,85	1 682 355,20
Devedores gerais	7	1 179 333,41	822 915,16
Produtos derivados		1 177 878,46	815 235,64
Outras entidades		1 454,95	7 679,52
Acréscimos e diferimentos	8	220 013,71	169 380,87
<b>Total do ativo</b>		<b>60 836 292,96</b>	<b>58 017 685,84</b>
<b>Passivo</b>			
Credores gerais	7	-19 327,93	-21 203,76
Produtos derivados		-18 948,68	-15 788,29
Estado e outros entes públicos		-379,25	-425,11
Outras entidades		0,00	-4 990,36
Acréscimos e diferimentos	8	-21 884,03	-23 680,95
<b>Total do passivo</b>		<b>-41 211,96</b>	<b>-44 884,71</b>
<b>Total das aplicações do Fundo</b>		<b>60 795 081,00</b>	<b>57 972 801,13</b>
<b>Valor do Fundo</b>			
Património inicial		50 000 000,00	50 000 000,00
Resultados de exercícios anteriores		7 972 801,13	4 752 005,66
Resultados do exercício		2 822 279,87	3 220 795,47
<b>Total do valor do Fundo</b>	<b>9</b>	<b>60 795 081,00</b>	<b>57 972 801,13</b>
<b>Quantidade de unidades de participação em circulação</b>	<b>10</b>	<b>48 004 494,72</b>	<b>48 029 750,41</b>
<b>Valor da unidade de participação</b>		<b>1,27</b>	<b>1,21</b>

(em euros)

### O Contabilista Certificado

Paulo José Antunes Jorge

### O Conselho de Administração

Ana Paula de Sousa Freitas Madureira Serra

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

João Miguel Albuquerque Silva Branco



# DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

### III. Demonstração dos resultados

Rubricas	Notas	31-12-2025	31-12-2024
Transferências de outros fundos	10	26 269,17	180 787,85
Transferências para outros fundos	10	-57 546,58	-74 408,54
Ganhos líquidos dos investimentos	11	2 026 029,63	2 438 954,07
Rendimentos líquidos dos investimentos	12	885 962,75	739 847,19
Outros rendimentos e ganhos		105,84	75,01
Outras despesas	13	-58 540,94	-64 460,11
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 822 279,87</b>	<b>3 220 795,47</b>

(em euros)

#### O Contabilista Certificado

Paulo José Antunes Jorge

#### O Conselho de Administração

Ana Paula de Sousa Freitas Madureira Serra

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

João Miguel Albuquerque Silva Branco

## IV

# DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## IV. Demonstração dos fluxos de caixa

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>		
<b>Transferências</b>	<b>-31 442,13</b>	<b>106 548,83</b>
Transferências do associado	0,00	0,00
Transferências de outros fundos	26 269,17	180 787,85
Transferências para outros fundos	-57 711,30	-74 239,02
<b>Remunerações</b>	<b>-16 494,90</b>	<b>-15 153,92</b>
Remuneração de depósito e guarda de títulos	-16 494,90	-15 153,92
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>18 475,23</b>	<b>32 195,63</b>
<b>Outras despesas</b>	<b>-52 818,91</b>	<b>-52 193,61</b>
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>-82 280,71</b>	<b>71 396,93</b>
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos</b>		
<b>Recebimentos</b>	<b>31 762 365,00</b>	<b>23 332 728,26</b>
Alienação/reembolso dos investimentos	30 797 140,26	22 546 747,40
Rendimentos dos investimentos	965 224,74	785 980,86
<b>Pagamentos</b>	<b>-31 874 249,27</b>	<b>-22 002 896,41</b>
Aquisição de investimentos	-31 874 249,27	-22 002 896,41
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>-111 884,27</b>	<b>1 329 831,85</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>-194 164,98</b>	<b>1 401 228,78</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-20 773,37</b>	<b>-217,89</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>1 682 355,20</b>	<b>281 344,31</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1 467 416,85</b>	<b>1 682 355,20</b>

(em euros)

### O Contabilista Certificado

Paulo José Antunes Jorge

### O Conselho de Administração

Ana Paula de Sousa Freitas Madureira Serra

Helena Maria de Almeida Martins Adegas

João Miguel Albuquerque Silva Branco

V

## NOTAS

## V. Notas

### 1 • Constituição e atividade

O Fundo de Pensões do Banco de Portugal – Contribuição Definida (Fundo de Pensões ou Fundo) foi constituído através de contrato celebrado, a 22 de dezembro de 2010, entre o Banco de Portugal, na qualidade de associado fundador, e a Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. (Sociedade Gestora), enquanto entidade gestora.

O Fundo é o veículo de financiamento de dois planos complementares de pensões de contribuição definida e de direitos adquiridos, financiado através das contribuições dos trabalhadores e do Banco de Portugal sobre a remuneração mensal efetiva.

O Fundo é constituído por um património autónomo e exclusivamente afeto:

- Ao financiamento dos planos de pensões previstos no Contrato Constitutivo do Fundo;
- Ao pagamento de prémios de rendas que assegurem os benefícios decorrentes dos planos que o integrem;
- Ao pagamento de capitais de acordo com o respetivo Contrato Constitutivo.

O Fundo de Pensões é um fundo fechado, no qual podem participar os trabalhadores do associado integrados no Regime Geral de Segurança Social, por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 2 de março, que adiram aos planos de contribuição definida, conforme o previsto nas convenções coletivas de trabalho aplicáveis. São beneficiárias do Fundo as pessoas singulares com direito às prestações pecuniárias estabelecidas nos planos de pensões que o integram, nos termos definidos no Contrato Constitutivo.

O património do Fundo é representado por unidades de participação, inteiras ou fracionadas, de cada uma das carteiras disponibilizadas, às quais são atribuídos valores ou cotações, calculados numa base diária.

O Fundo iniciou a sua atividade efetiva em 27 de dezembro de 2010, tendo sido inicialmente constituído apenas por uma carteira de investimento que integrava títulos de dívida pública da área do euro.

A política de investimentos em 2025 continuou a materializar-se em três subfundos.

De acordo com o estabelecido no Contrato Constitutivo do Fundo, em caso de cessação do contrato de trabalho com o associado por causa diferente da reforma ou morte, o ex-trabalhador pode transferir o valor acumulado na(s) sua(s) conta(s) para outro veículo de financiamento. Em 2025, ocorreram resgates do Fundo no total de 57 546,58 euros, e foram efetuadas transferências provenientes de outros fundos de pensões no valor de 26 269,17 euros.

### 2 • Demonstrações financeiras apresentadas

As contas anexas foram preparadas de acordo com os registos contabilísticos existentes na Sociedade Gestora. Estas contas sumarizam as transações e o património líquido do Fundo.

### 3 • Princípios contabilísticos, métodos e pressupostos de avaliação do valor dos ativos

#### a) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com as normas emanadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As contas foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela adoção do princípio do valor atual relativamente aos investimentos financeiros) e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da consistência, prudência e especialização dos exercícios.

#### **b) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros em carteira, à data de 31 de dezembro de 2025, encontram-se valorizados ao justo valor, em conformidade com a Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No cumprimento da referida Norma, para os títulos cotados cuja cotação se afaste de forma significativa do justo valor de realização é utilizada, para efeitos de valorização, uma metodologia económica ajustada ao tipo de ativo financeiro em causa.

Nos termos da legislação aplicável, a valorização da carteira de títulos cotados que apresentem reduzida liquidez nos mercados regulamentados e que sejam maioritariamente transacionados em operações fora de bolsa é efetuada através do recurso a preços disponibilizados pelos principais fornecedores de informação financeira.

A diferença entre o justo valor dos títulos e o respetivo custo médio de aquisição é registada na rubrica de Ganhos líquidos dos investimentos da demonstração dos resultados. A diferença entre o produto da venda dos títulos e o valor pelo qual se encontra contabilizado é, também, registada na mesma rubrica.

#### **c) Contribuições**

O património inicial do Fundo foi constituído através da realização, pelo Banco de Portugal, de uma contribuição em numerário, no valor de 5 milhões de euros. Nos termos do Contrato Constitutivo foi criada uma Conta Reserva Associado, tendo também sido instituída a respetiva forma de utilização, nomeadamente para efeito de realização das contribuições mensais dos participantes e do associado. Estas contribuições assumem, por conseguinte, a forma de transferências da Conta Reserva Associado para as contas individuais dos participantes (Nota 10).

#### **d) Rendimentos**

Os rendimentos de títulos são contabilizados no período a que respeitam, exceto no caso de dividendos, que apenas são reconhecidos quando recebidos.

#### **e) Comissões**

As comissões são contabilizadas na respetiva rubrica da demonstração dos resultados do período a que se referem, independentemente da data do seu pagamento.

As comissões ainda não liquidadas são registadas por contrapartida da rubrica de Acréscimos de custos e as comissões pagas antecipadamente em relação ao período a que se referem são registadas na rubrica de Custos diferidos.

#### **f) Operações em moeda estrangeira**

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, com base nos câmbios indicativos à vista divulgados pelas principais agências de informação. As diferenças de câmbio que sejam apuradas são registadas em contas de resultados.

#### **g) Produtos derivados**

Os contratos de futuros são valorizados à cotação de fecho, disponibilizada diariamente, por fontes de informação internacionalmente reconhecidas.

#### h) Regime fiscal aplicável

Os fundos de pensões estão isentos de pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, nos termos do artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Nos termos da Tabela Geral do Imposto do Selo, os fundos de pensões estão sujeitos ao pagamento de uma taxa de 4% sobre as comissões de custódia liquidadas.

## 4 • Terrenos e edifícios

O valor de balanço das frações detidas nos edifícios ascendeu, no final de 2025, a 3 364 000,00 euros.

As avaliações devem ocorrer todos os três anos, ou antes de decorrido este prazo, quando se verificarem diferenças materialmente relevantes entre o valor líquido de balanço do imóvel e o seu valor de mercado.

	Data da última avaliação
Fração do Edifício Liberdade 245	2024
Fração do Edifício 5 Outubro 70	2025
Fração do Edifício Castilho 44	2025

## 5 • Investimentos financeiros

O valor dos ajustamentos corresponde aos ganhos ou perdas potenciais, apurados pela diferença entre o valor de mercado em 31 de dezembro de 2025 e o valor de aquisição, para os títulos adquiridos em 2025, e pela diferença entre o valor de mercado em 31 de dezembro de 2025 e o valor de mercado em 31 de dezembro de 2024, para os restantes títulos. Os ajustamentos não incluem rendimentos.

	31-12-2025			31-12-2024
	Valor de aquisição <sup>1</sup>	Ajustamentos	Valor de mercado <sup>2</sup>	Valor de mercado
<b>Unidades de participação</b>				
De fundos de investimento	19 947 646,94	1 105 032,75	21 052 679,69	19 895 696,38
	<b>19 947 646,94</b>	<b>1 105 032,75</b>	<b>21 052 679,69</b>	<b>19 895 696,38</b>
<b>Títulos de rendimento</b>				
Bilhetes do tesouro	356 753,66	3 545,86	360 299,52	130 652,89
Obrigações do tesouro	33 445 457,13	-252 907,34	33 192 549,79	31 948 584,62
Obrigações de dívida supranacional	0,00	0,00	0,00	63 832,71
	<b>33 802 210,78</b>	<b>-249 361,48</b>	<b>33 552 849,30</b>	<b>32 143 070,23</b>
	<b>53 749 857,72</b>	<b>855 671,27</b>	<b>54 605 528,99</b>	<b>52 038 766,61</b>

(em euros)

Notas: (1) Valor de aquisição para os títulos adquiridos durante o ano de 2025 e valor de mercado, em 31-12-2024, para os restantes. (2) O valor de mercado não inclui o juro corrido.

## 6 • Numerário e depósitos bancários

	31-12-2025	31-12-2024
Depósitos à ordem em euros	1 289 610,02	1 472 373,75
Depósitos à ordem em moeda estrangeira	177 806,83	209 981,45
	<b>1 467 416,85</b>	<b>1 682 355,20</b>

## 7 • Devedores e credores gerais

	31-12-2025	31-12-2024
<b>Devedores gerais</b>		
Devedores - Edifícios (b)	1 454,95	7 679,52
Devedores - Produtos derivados (c)	1 177 878,46	815 235,64
	<b>1 179 333,41</b>	<b>822 915,16</b>
<b>Credores gerais</b>		
Estado e outros entes públicos (a)	379,25	425,11
Credores - Edifícios (b)	0,00	4 990,36
Credores - Produtos derivados (c)	18 948,68	15 788,29
	<b>19 327,93</b>	<b>21 203,76</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>1 160 005,48</b>	<b>801 711,40</b>

(em euros)

### a) Estado e outros entes públicos

Esta rubrica engloba a autoliquidação de Imposto do Selo sobre a comissão de custódia pela guarda de títulos efetuada por uma entidade bancária estrangeira.

### b) Edifícios

O saldo devedor reportado nesta rubrica corresponde a faturas pendentes de recebimento relacionadas com os contratos de arrendamento.

### c) Produtos derivados

A política de utilização de derivados compreendeu o recurso aos seguintes instrumentos:

- Contratos de futuros sobre os principais índices acionistas mundiais (S&P 500, Eurostoxx 50, SMI 20, S&P/TSX 60, ASX 200, OMX 30, Nikkei 225, FTSE 100), como forma de promover a gestão eficaz da carteira;
- Contratos de futuros sobre a taxa de câmbio euro/dólar dos EUA para cobertura do risco cambial do investimento em *exchange-traded funds*.

## 8 • Acréscimos e diferimentos

	31-12-2025	31-12-2024
<b>Acréscimos e diferimentos ativos</b>		
Juros a receber de títulos de crédito	220 013,71	169 380,87
<b>Acréscimos e diferimentos passivos</b>		
Rendas recebidas	-16 361,69	-18 172,50
Acréscimos de custos	-5 522,34	-5 508,45
	<b>-21 884,03</b>	<b>-23 680,95</b>

(em euros)

A rubrica de Juros a receber de títulos de crédito respeita à periodização de juros dos títulos de dívida em carteira. A rubrica de Acréscimos de custos refere-se maioritariamente aos encargos com a auditoria externa às demonstrações financeiras de 2025 e ao pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis.

## 9 • Valor do Fundo

	31-12-2025	31-12-2024
Valor da Conta Reserva Associado	45 820 286,95	45 794 020,99
Valor das contas individuais dos participantes	14 974 794,05	12 178 780,14
	<b>60 795 081,00</b>	<b>57 972 801,13</b>

(em euros)

## 10 • Transferências de e para outros Fundos

As contribuições são efetuadas pelo associado e pelos colaboradores do Banco de Portugal, nas condições contratualmente definidas.

Em 2025, ocorreram resgastes do Fundo no total de 57 546,58 euros e foram efetuadas transferências provenientes de outros fundos de pensões no valor de 26 269,17 euros.

O movimento de contribuições efetuadas por contrapartida da venda de unidades de participação da Conta Reserva Associado, e resgate de unidades de participação foi o seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Quantidade resgatada	46 147,65	62 056,74
Quantidade subscrita	20 891,95	152 795,48
Quantidade em circulação		
Conta Reserva Associado	36 430 244,69	38 141 816,90
Participantes	11 574 250,03	9 887 933,51
<b>Quantidade total em circulação</b>	<b>48 004 494,72</b>	<b>48 029 750,41</b>

(em unidades de participação)

## 11 • Ganhos líquidos dos investimentos

Os ganhos líquidos de investimento registados no exercício têm o seguinte detalhe:

	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
Terrenos e edifícios	59 732,00	-204 400,00
Investimentos financeiros	843 495,75	1 867 780,78
Derivados	1 182 695,28	769 211,90
Outros	-59 893,40	6 361,39
	<b>2 026 029,63</b>	<b>2 438 954,07</b>

(em euros)

## 12 • Rendimentos líquidos dos investimentos

Esta rubrica apresenta os rendimentos obtidos, com a seguinte natureza:

	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
Terrenos e edifícios	193 179,99	133 922,28
Unidades de participação de fundos de investimento	334 173,15	327 415,89
Obrigações	340 134,41	246 313,40
Do Tesouro a taxa fixa	289 615,16	200 145,64
Do Tesouro indexadas à inflação	49 763,75	46 030,92
De dívida supranacional e paragonamental	755,50	8,76
De dívida privada	0,00	128,08
Depósitos à ordem	18 475,20	32 195,62
	<b>885 962,75</b>	<b>739 847,19</b>

(em euros)

## 13 • Outras despesas

Esta rubrica engloba as despesas suportadas pelo Fundo, com a seguinte desagregação:

	<b>31-12-2025</b>	<b>31-12-2024</b>
Comissões de mediação	2 987,97	1 861,24
Impostos	634,30	1 467,81
Comissões bancárias	2 502,98	2 533,11
Comissões de custódia	15 857,31	14 653,51
Auditoria	2 819,16	2 806,85
Comissões de corretagem	786,30	59,04
Edifícios	32 915,37	40 863,61
Outras	37,55	214,94
	<b>58 540,94</b>	<b>64 460,11</b>

(em euros)

## 14 • Objetivos, princípios e procedimentos de gestão de riscos

Com o objetivo de conciliar a prossecução dos objetivos de maximização da rentabilidade real das carteiras de ativos e de limitação do risco de perda do poder de compra dos participantes no horizonte expectável de exigibilidade dos fundos e em consonância com os princípios assumidos de manutenção de um grau

adequado de liquidez, diversificação e limitação dos riscos incidentes sobre o valor dos ativos, a Sociedade Gestora aplica um conjunto de procedimentos de gestão de risco, de entre os quais se destacam:

- A valorização diária dos ativos à luz de princípios *mark-to-market*;
- A reavaliação da política de investimento, com uma periodicidade mensal, ou com maior frequência sempre que as circunstâncias o aconselhem, pelo Comité de Investimentos;
- A produção de relatórios e análises mensais de *performance*, controlo de riscos e perspetivas para os mercados financeiros;
- A realização de análises de *stress test* para aferir a resiliência da política de investimentos;
- A utilização de um sistema de informação facilitador de monitorização diária das posições em carteira e acompanhamento, em tempo real, do cumprimento dos limites estabelecidos;
- A configuração, no sistema de informação, de todos os instrumentos objeto de investimento;
- O acompanhamento da qualidade de crédito dos emitentes e contrapartes elegíveis e da informação disponível sobre as suas práticas nas áreas da sustentabilidade social, ambiental e de boa governação;
- A reunião periódica do Comité de Controlo com vista à coordenação do exercício das funções de gestão de risco e de *compliance*;
- A recolha e análise periódica de *key risk indicators* associados aos principais riscos operacionais.

## 15 • Origem, exposição e gestão dos riscos

### a) Riscos de mercado

- Risco de taxa de juro – Risco de redução do poder de compra dos participantes decorrente da materialização de eventuais movimentos adversos das taxas de juro.

O risco de taxa de juro é aferido com base na duração modificada das carteiras. A 31 de dezembro de 2025, a duração modificada da componente de instrumentos de taxa de juro das carteiras 1, 2 e 3 era, de respetivamente, de 7,1, 6,4 e 2,0. Considerando duração modificada nula para os instrumentos dos mercados acionista e imobiliário, a duração modificada das carteiras 1, 2 e 3 era de, respetivamente, 4,3, 4,5 e 1,8.

- Risco acionista – Decorre da possibilidade de se registar uma redução do poder de compra dos participantes provocada por eventual desvalorização dos instrumentos financeiros com exposição a ações detidos em carteira.

A exposição, a 31 de dezembro de 2025, a ativos sujeitos a risco acionista (considerando o investimento em futuros sobre índices de ações), foi de 46,9% na carteira 1, 31,0% na carteira 2 e 4,8% na carteira 3.

- Risco imobiliário – Risco de redução do poder de compra dos participantes, decorrente de eventual desvalorização dos imóveis detidos.

A exposição, a 31 de dezembro de 2025, a ativos imobiliários, foi de 5,6% na carteira 1, 6,1% na carteira 2 e 2,5% na carteira 3.

- Risco cambial – Risco de redução do poder de compra dos participantes decorrente de eventuais desvalorizações das moedas estrangeiras detidas face ao euro.

O Fundo encontra-se exposto a risco cambial por via da dispersão do investimento em instrumentos com exposição a ações por diversos blocos geográficos. A 31 de dezembro de 2025, a exposição cambial expressa em percentagem do valor total de cada carteira era de 18,7% na carteira 1, 12,4% na carteira 2 e 2,3% na carteira 3.

- Risco de inflação – Decorre da possibilidade de se verificar uma redução do poder de compra dos participantes em resultado de eventual subida das taxas de inflação históricas e/ou esperadas.

O risco de inflação é aferido com base na sensibilidade do valor das carteiras a variações na inflação implícita nos mercados de dívida (duração modificada de inflação). A 31 de dezembro de 2025, esta duração modificada era de 1,8, 1,8 e 0,7 nas carteiras 1, 2 e 3, respetivamente.

- Risco de concentração – Decorre da acumulação de exposição a um mesmo ativo ou classe de ativos.

A gestão agregada dos riscos de mercado é feita através da definição de limites de exposição para as diferentes componentes deste tipo de risco e do cálculo e monitorização diária do *value at risk* (perda máxima expectável, apresentada em percentagem do valor da carteira, com 95% de nível de confiança, para um dado horizonte temporal, no pressuposto de estabilidade da composição da carteira).

A 31 de dezembro de 2025, o *value at risk* das carteiras 1, 2 e 3, para o horizonte de um mês, era de 3,7%, 3,0% e 0,9%, respetivamente.

## b) Riscos de crédito

- Risco de emitente e contraparte – Risco da eventualidade de ocorrência de falhas de pagamentos ou liquidações financeiras da parte de um emitente ou contraparte ou ainda de alteração dos valores dos ativos decorrentes da redução da sua qualidade creditícia.

A gestão dos riscos de crédito é feita através da aferição da qualidade creditícia dos emitentes e contrapartes e da definição de limites de exposição e prazo para a maturidade dos investimentos, nomeadamente por país, tipo de emitente ou emissão, com base nas notações de risco atribuídas pelas principais agências de *rating* e, complementarmente, pelo acompanhamento de indicadores de risco de crédito como o *credit value at risk* da carteira de dívida (perda máxima expectável do valor da carteira, com um nível de confiança de 95%, para um dado horizonte temporal durante o qual se assume estabilidade da composição da carteira, decorrente de alterações da qualidade creditícia dos emitentes nela representados) e a probabilidade de *default* extraída das cotações dos *credit default swaps*.

Exposição, por notação de *rating*, da carteira de instrumentos de taxa de juro, a 31 de dezembro de 2025:

<i>Rating</i>	% do valor da componente de instrumentos de taxa de juro		
	Carteira 1	Carteira 2	Carteira 3
AAA	28,8%	29,9%	27,7%
AA	44,7%	45,9%	34,8%
A	15,9%	17,1%	15,7%
BBB	10,6%	7,1%	21,8%

Probabilidade média de *default* a 1 ano dos emitentes de dívida representados nos ativos a 31 de dezembro de 2025: 0,1% nas 3 carteiras.

Em 2025, a carteira de instrumentos de taxa de juro continuou a ser constituída exclusivamente por emitentes considerados *investment grade*.

## c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de eventuais dificuldades na venda de determinados ativos por falta de compradores ou de realização de venda à custa de perdas face ao valor justo dos ativos.

Este risco é monitorizado através do acompanhamento do *bid-ask spread* (diferença entre as cotações de compra e de venda de referência) e mitigado através da definição de um *amount outstanding* mínimo para a

elegibilidade das emissões de obrigações e da definição de limites máximos de exposição aos instrumentos transacionados em bolsa, dependentes do *turnover* apresentado.

#### **d) Riscos operacionais**

A gestão dos riscos operacionais associados à atividade da Sociedade Gestora encontra-se balizada pelo sistema de gestão de risco e controlo interno em vigor, que promove a identificação, quantificação e mitigação dos riscos associados aos processos de negócio desenvolvidos.

A mitigação dos riscos de natureza operacional envolve a elaboração e manutenção de manuais de procedimentos atualizados, a recolha e análise da evolução de *key risk indicators* associados aos principais riscos identificados e a realização regular de Comités de Controlo.

#### **e) Riscos relativos à sustentabilidade dos investimentos**

A política de investimentos atende a princípios de responsabilidade social, ambiental e de boa governação.

Estes princípios são incorporados na tomada de decisão ao longo de todo o processo de investimento, designadamente:

- Na definição do universo de ativos elegíveis;
- No estabelecimento de limites de exposição;
- Na determinação da composição das carteiras de ativos;
- Na monitorização permanente dos riscos incidentes sobre os investimentos.

Para este efeito, são efetuadas análises das práticas das instituições e entidades objeto de investimento nas áreas da responsabilidade social, ambiental e de boa governação, nomeadamente:

- Análise dos setores em que as mesmas exercem a sua atividade;
- A política de sustentabilidade e o grau de divulgação de informação não financeira;
- O desempenho alcançado em matéria de eficiência ambiental e demais indicadores de referência nos domínios ambiental, social e de boa governação;
- As classificações de *ratings* de sustentabilidade divulgadas por instituições de notação de referência;
- A aderência a compromissos internacionais em matéria de desenvolvimento sustentável;
- Demais informação relevante recolhida em agências noticiosas ou fóruns especializados.

## **16 • Principais fontes de incertezas das estimativas**

As estimativas foram realizadas de acordo com a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. Atendendo à elevada prudência da política de investimento das carteiras, compostas por instrumentos com reduzido risco de crédito e de liquidez, não se perspetivam tendências de evolução que ponham em causa a adequação das estimativas realizadas.

## **17 • Acontecimentos após a data do balanço**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 11 de fevereiro de 2026.

Após 31 de dezembro de 2025, não se registaram acontecimentos que dessem origem à necessidade de ajustar as presentes demonstrações financeiras ou de efetuar divulgações adicionais.

## 18 • Nota final

A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, estabelece os elementos que devem ser obrigatoriamente publicados no relato financeiro, prevendo a adequada flexibilidade, por forma a adaptar a informação prestada às características específicas de cada entidade, pelo que não foram mencionados os requisitos que não têm aplicação, em função da atividade exercida pelo Fundo em 2025.

**VI**

# **CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida (adiante também designado por Fundo), gerido pela Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões do Banco de Portugal, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 60 836 293 euros, um valor do Fundo de 60 795 081 euros e um resultado líquido de 2 822 280 euros), a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas à demonstração da posição financeira e à demonstração de resultados que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões do Banco de Portugal - Contribuição Definida em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção, Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras, abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os

BDO & Associados, SROC, S.A., Sociedade Anónima, Sede Av. da República, 50 - 10º, 1069-211 Lisboa, Registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, NIPC 501 340 467, Capital 100 000 euros. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas inscrita na OROC sob o número 29 e na CMVM sob o número 20161384.

A BDO & Associados, SROC, S.A., Sociedade Anónima registada em Portugal, é membro da BDO International Limited, sociedade inglesa limitada por garantia, e faz parte da rede internacional BDO de firmas independentes.

princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de pensões; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o planeamento da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2026



---

Sandra Maria Simões Filipe de Ávila Valério  
(ROC nº 995, inscrita na CMVM sob o nº 20160610)  
em representação de BDO & Associados - SROC